



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR**

Processo nº: **0007411-89.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Flora**  
 Documento de Origem: **IP - 131/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Indiciado: **MARIA ISABEL CAIRES e outros**  
 Vítima: **O Meio Ambiente**

Aos 05 de dezembro de 2018, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Auxiliar, Dr. EDUARDO CEBRIAN ARAUJO REIS, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a **audiência preliminar** em que figura como autores do fato MARCO ANTONIO THOMAZO, MARIA ISABEL CAIRES e PAULO ROBERTO GULLO. Presente o Drº **Giullio Chieregatti Saraiva, Promotor de Justiça Substituto**. Apregoado o processo verificou-se o comparecimento do autor PAULO ROBERTO GULLO, acompanhado de defensor, o Drº **Ângelo Roberto Zambon – OAB 91.913/SP**. Presentes os autores MARCO ANTONIO THOMAZO e MARIA ISABEL CAIRES, acompanhados de defensor, o Drº **Joemar Rodrigo Freitas - Defensor Público**. A seguir, tratando-se de ação penal pública incondicionada pelo **Dr(a). Promotor(a) de Justiça**, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena nos seguintes termos: “MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 e estando presentes os requisitos legais, propõe ao(s) suposto(s) autor(es) do fato a pena de prestação pecuniária no valor de um salário mínimo. **Pelos autores da infração e defensores foi dito** que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. **Pelo MM. Juiz foi dito:**“Vistos. O Ministério Público propôs a aplicação imediata da prestação pecuniária no valor de um salário mínimo. Posto isto, considerando que estão preenchidos os requisitos legais previstos na Lei 9.099/95, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO e aplico aos autores do fato a pena prestação pecuniária no valor de R\$954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), **mediante depósito em conta judicial 4500124481917, na agência 5965-X do Banco do Brasil S.A., nos termos da resolução do CNJ. Efetuado o depósito, expeça-se alvará de levantamento**. A prestação deverá ser cumprida no prazo de 90 (noventa) dias”. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida as anotações. A presente decisão não deverá constar de certidão de antecedentes criminais, observando-se a aplicação do artigo 76, §4º e 6º, da Lei 9099/95. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Promotor:

Defensor Público:

Defensor do autor Paulo:

Autores: